

A AGENDA NACIONAL DE FOMENTO À C, T&I E AS PRIORIDADES DA INDÚSTRIA CATARINENSE.

Ana Victoria Nunes Campigotto¹, Dannyela da Cunha Lemos², Denílson Sell³, Micheline Gaia Hoffmann⁴

¹ Acadêmica do Curso de Administração Pública ESAG - bolsista PROBITI/UDESC.

² Professora Participante do Departamento de Administração Empresarial -ESAG
lemosda@gmail.com

³ Professor Participante do Departamento de Administração Pública.- ESAG -
denilson@stela.org.br

⁴ Orientadora, Departamento de Administração Pública – ESAG –
michelinegaia@gmail.com

Palavras-chave: C, T&I; inovação; fomento.

A criação de políticas no campo da ciência, tecnologia e inovação apresenta-se como elemento importante em um cenário de alta competitividade internacional, revelando-se como forte indutor do desenvolvimento socioeconômico de países e regiões (ROCHA; FERREIRA, 2004). Tão importante como reconhecer e implementar tais políticas é promover uma articulação positiva entre elas, pensando em termos de políticas industriais, de ciência e tecnologia e de inovação que possam promover a capacidade das empresas para se adaptar ao ambiente de rápidas mudanças e se aproximar de padrões de países situados na fronteira tecnológica (FELIPE; PINHEIRO; RAPINI, 2011). Além da preocupação com a integração entre os atores, uma característica da trajetória das políticas de C&T, assim como das políticas industriais no Brasil, é a priorização de setores, áreas de conhecimento e opções estratégicas que orientam a destinação dos recursos, escassos por natureza, embora, como apontam Mazzucato e Penna (2016) o sistema nacional de inovação no Brasil não possua uma agenda consistente de longo prazo que dê coerência às políticas públicas e que oriente os esforços de inovação dos agentes privados. Assim, a qualificação dos investimentos no campo da C, T&I passa por uma convergência entre agendas. Para tanto, faz-se necessário organizar informações que permitam compreender como se configura esse cenário no Brasil em relação ao Estado de Santa Catarina.

Nesse contexto, o trabalho teve como objetivo verificar a relação entre a agenda nacional de fomento à C,T&I e as prioridades definidas pela indústria catarinense. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada por meio de levantamento documental. Representando a agenda federal, tomou-se como objeto de análise os setores apontados como prioritários na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE (que compreende o período de 2003 a 2007), o Plano de Ação para Ciência, Tecnologia e Inovação – PACTI (que abrange o período de 2007 a 2010) e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI (abrangendo de 2012 a 2015). O objeto de análise na esfera estadual foi o Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense - PDIC, desenvolvido pela Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, que aponta os setores portadores de futuro para a economia catarinense e tem 2022 como horizonte temporal. Nesse sentido, o foco do trabalho foi confrontar as prioridades declaradas nas políticas

públicas nacionais na última década e aquelas consideradas estratégicas pela indústria catarinense para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina para os próximos anos.

Inicialmente, identificou-se que os setores priorizados nas políticas federais foram denominados “prioridades estratégicas” e/ou “setores portadores de futuro”. Uma vez identificados os setores, buscou-se, no corpo do texto das políticas em análise, elementos que permitissem descrever cada um deles. Criou-se, então, uma tabela relacionando os setores prioritários de cada política e as respectivas descrições. Com isso, foi possível identificar os temas recorrentes nas três políticas, quais sejam: biotecnologia, nanotecnologia, programas aeroespacial e nuclear, defesa nacional, petróleo e gás, fármacos e medicamentos e TICs.

Identificadas as prioridades nacionais, passou-se à verificação da convergência destas com os temas priorizados pelo Estado de Santa Catarina no Plano de Desenvolvimento Industrial Catarinense. O PDIC relaciona os dezesseis setores considerados por atores chaves do ecossistema catarinense de inovação como estratégicos para o desenvolvimento da indústria nos próximos 22 anos. Dos dezesseis, seis são priorizados em todas as mesorregiões do estado: construção civil, energia, meio ambiente, saúde, TICs e turismo. Tomando-se como objeto de análise o documento “Rotas Estratégicas Setoriais”, foram identificadas as tecnologias-chave para cada um deles, que correspondem a uma descrição mais específica do que compreende cada setor. Nessa etapa, criou-se uma tabela de convergência entre os temas priorizados ao longo das três políticas nacionais analisadas e os setores portadores de futuro presentes no PDIC. A análise de primeiro nível, baseada apenas no nome dos temas e setores, apontou significativa discrepância entre as prioridades do governo federal e do PDIC, figurando como convergentes apenas os setores de TICs e saúde. Entretanto, a análise baseada na descrição dos temas e setores, evidenciou que quase todos os temas priorizados pelas políticas nacionais se aplicam de forma indireta aos setores do PDIC. Por exemplo, o setor de energia é importante para a atividade industrial do estado de Santa Catarina, e ao mesmo tempo se relaciona com diversos setores das políticas nacionais, tanto na geração de fontes energéticas (carvão mineral, biodiesel, energia solar, térmica, etc), quanto no fomento às pesquisas no setor de distribuição e armazenamento, que estaria ligado à TICs. Ou seja, as conclusões caracterizam o caráter transversal dos temas priorizados nas políticas federais. Assim, apesar dos limites existentes no Brasil apontados por autores como Mazzucato e Penna (2016), os resultados sugerem uma possível sintonia com a percepção de Castelacci (2010), para quem a existência de áreas industriais estratégicas em torno das quais um país ou uma região são especializados, com o respectivo conjunto de links verticais que elas implicam, pode orientar as decisões governamentais no nível nacional, afetando particularmente as políticas de inovação. Como implicações práticas do estudo, desataca-se a possibilidade de um olhar mais estratégico por parte dos atores que construíram o PDIC, para as chamadas públicas dos órgãos de fomento que operacionalizam as políticas federais. A matriz resultante das análises aponta, para cada setor priorizado pelo plano catarinense, todos os temas componentes das prioridades federais que poderiam ser fontes de recursos para Pesquisa e Desenvolvimento.